

| | |
|-------------------------------|---|
| OBJETIVO | Reunião da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de Primeiro Grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região |
| DATA | 15-12-2023 (16h às 17h) |
| LOCAL | Videoconferência |
| COORDENAÇÃO DA REUNIÃO | Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo |
| PROAD Nº | 9875/2022 |

| LISTA DE PRESEÇA | |
|---|--|
| NOME | ÁREA |
| Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo | Magistrada de primeiro grau escolhida pelo Tribunal a partir de lista de inscritos - Coordenadora |
| Juiz do Trabalho Paulo André Cardoso Botto Jacon | Juiz Auxiliar da Presidência |
| Carlos Alberto Crispim | Servidor eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscrição |
| Milena Letícia Anesi | Servidora indicada pelo Tribunal, nos Termos do § 2º, art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e itens 6.7 e 7.1 do Edital SEAP n. 03/2020 |
| Alcino Ecker Júnior | Secretário-Geral da Presidência |
| Marcus Vinicius de Lima Oliveira | Diretor-Geral |
| Silvana Schaarschmidt | Secretária da Corregedoria |
| Fabiana Vieira de Linhares | Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas |
| Gustavo Bestetti Ibarra | Diretor da Secretaria de Governança e de Gestão Estratégica |
| Marcelo Borrini Moretto | Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Processos - Equipe de Apoio |
| Fabio Peters Sabino | Coordenadoria de Gestão de Processos- Equipe de Apoio |
| AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS | |
| Desembargadora Teresa Regina Cotosky | Magistrada de segundo grau indicada pelo Tribunal, na forma do inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 |
| Juíza do Trabalho Substituta Janice Bastos | Magistrada de primeiro grau eleita por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscritos |
| Juiz do Trabalho Substituto Elton Antônio de Salles Filho | Representante da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA 12 - convidado |
| Clóvis Miguel Massignani | Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC - convidado |
| Liliane Leite Destri | AJUT - convidado |
| Alexandre Besen | Servidor indicado pelo Tribunal, nos Termos do § 2º, art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e itens 6.7 e 7.1 do Edital SEAP n. 03/2020 |



| | |
|---|---|
| Flávio Kretzer | Servidor indicado pelo Tribunal, nos termos do § 2º, art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e itens 6.7 e 7.1 do Edital SEAP n. 03/2020 |
| Geremias Fernandes Irassoque | Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados, nos termos do inciso II, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 e letra c do item 1; item 7 do Edital SEAP n. 03/2020 |
| Fernando de Medeiros Marcon | Servidor indicado pelo Tribunal, na forma inciso II, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 |
| Juiz do Trabalho Substituto Charles Baschirotto Felisbino | Magistrado de primeiro grau indicado pelo Tribunal, na forma do § 2º, art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e itens 6.7 Edital SEAP n. 03/2020, como o processo de escolha entre pares não obteve o número mínimo de inscrições, conforme previsto no item 9.4 |

ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES

A reunião teve como pauta a contextualização e apresentação das demandas pendentes aos novos membros da comissão/administração.

A Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Coordenadora da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de Primeiro Grau, abriu a reunião, cumprimentando e dando boas-vindas aos presentes.

Em seguida, o Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Processos, Marcelo Borrini Moretto, fez breve contextualização e apresentou as demandas pendentes, conforme a seguir:

1) Contextualização aos novos membros do Comitê

- a) [Resolução CNJ 194/2014](#), institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.

Art. 4º Os tribunais devem constituir Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política no âmbito de sua atuação, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras necessárias ao cumprimento dos seus objetivos:

I – fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política;

II – atuar na interlocução com o CNJ, a Rede de Priorização do Primeiro Grau e as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;



III – interagir permanentemente com o representante do tribunal na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e com a comissão e/ou unidade responsável pela execução do Plano Estratégico;

IV – promover reuniões, encontros e eventos para desenvolvimento dos trabalhos;

V – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados.

- b) [Resolução CNJ 195/2014](#), dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Art. 5º Os tribunais devem constituir Comitê Orçamentário de primeiro grau e Comitê Orçamentário de segundo grau com as seguintes atribuições:

I – auxiliar na captação das necessidades ou demandas;

II – realizar encontros, preferencialmente no primeiro quadrimestre de cada ano, para discutir as necessidades ou demandas, bem como para auxiliar na definição das prioridades, de modo a alinhá-las à possibilidade orçamentária;

III – auxiliar a elaboração da proposta orçamentária;

IV – auxiliar a execução do orçamento, notadamente por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.

- c) [Portaria PRESI 125/2016](#), dispõe sobre a criação do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de Primeiro Grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Art. 1º Fica instituído o Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de Primeiro Grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. (Redação dada pela Portaria PRESI n. 195, de 3 de março de 2023)

§ 1º Conferir ao Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição, as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 195/2014 do CNJ. (Redação dada pela Portaria PRESI n. 195, de 3 de março de 2023)

§ 2º O Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição terá a mesma composição da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. (Redação dada pela Portaria PRESI n. 195, de 3 de março de 2023)

- d) [Portaria PRESI 124/2020](#), institui o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

- e) [Portaria PRESI 319/2022](#). Designa os membros da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, biênio 2022-2024, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- f) [Página do Comissão na intranet](#).

2) Definir o calendário das reuniões.

(Art. 5º-A - O calendário de reuniões deverá ser fixado na primeira reunião de sua composição, podendo ser alterado pela deliberação da maioria de seus integrantes, e será publicado no sítio eletrônico do tribunal. (Incluído pela Resolução nº 283, de 28.8.2019).

Deliberação: A Comissão aprovou o seguinte calendário de reuniões para o ano de 2024:

- março - 15/03
- junho - 21/06
- setembro - 27/09
- novembro - 29/11

3) Resolução CNJ n. 195/2014 - Orçamento (DIGER/SEOF) - Apresentar Proposta para atendimento à Resolução CNJ n. 195/2014

Situação Atual: A DIGER/SEOF/SEGEST estão estudando proposta que melhor atenda à Resolução CNJ n. 195/2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, no que diz respeito à participação das/os magistradas/os e servidoras/es na construção do orçamento.

4) Aplicação da Resolução CNJ n. 219/2016 e da Resolução CSJT n. 296/2021 (PROAD 4429/2016)

5) Definição quanto à utilização do quartil da Lotação-Paradigma

6) Revisão da Lotação Paradigma da Vara do Trabalho de Itapema ([PROAD 12943/2023](#))

7) Estudo da Lotação Paradigma dos Oficiais de Justiça nas Centrais de Apoio à Liquidação e Execução - CALEX ([PROAD 4429/2016](#))

Situação Atual: Aguardando a atualização dos cálculos da Resolução CNJ n. 219/2016 para o último triênio (2021-2023) - previsão: final de fevereiro/2024.

8) Boletim dos OJs



Situação Atual: Automatização dos BEs está em produção. Na CEST para análise da possibilidade de implementação das propostas de melhorias apresentadas pelos OJs e da manifestação do Comitê Gestor Regional do PJe.

9) Ata da reunião da Comissão de Segurança Permanente de 21-8-2023 (doc. 9)

Situação Atual: a SEGEST, em jan/2024, entrará em contato com os representantes da categoria dos Oficiais de Justiça para que eles apresentem proposta relativa ao aparelhamento e capacitação em consonância com princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

10) Realização dos convênios pelos Oficiais de Justiça.

Situação Atual: atualmente não há viabilidade para colocar em produção o sistema EXEPJe (PROAD 1209/2022), e que, à medida que as versões dos sistemas forem se tornando funcionais, deve-se continuar avançando na definição das parametrizações e na estratégia de implantação simulada. Também está em execução o projeto de implementação do sistema Argos/Poupa Convênios, que pretende facilitar o processo de consulta aos convênios.

11) Atualização da Portaria da CPPG

Situação Atual: Com o final da vigência da [Portaria PRESI n. 319 de 9 de junho de 2022](#), em junho/2024, **será necessário iniciar os procedimentos em abril/2024** para preenchimento de vagas dos membros da Comissão (Biênio 2024/2026), por meio de eleição, em atenção ao Art 5º da [Resolução CNJ n. 194/2014](#).

Após a apresentação, foi sugerido que a Comissão trabalhe junto à Administração na elaboração de proposta que promova a equalização da carga de trabalho entre as Varas do Trabalho.

Registra-se que a servidora Milena Letícia Anesi solicitou à Comissão sugerir à Administração a disponibilização de mais cursos sobre execução, incluindo convênios, tendo como público-alvo os servidores lotados no interior.

Finalizadas as manifestações a Coordenadora da Comissão, Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

| FECHAMENTO DA ATA | | |
|-------------------|---------------------|-------|
| DATA | NOME DO REDATOR | RAMAL |
| 18/12/2023 | Fabio Peters Sabino | 4401 |

